


A Ruptura na Igreja Universal em Angola: Narrativas Nacionalistas como Estratégia de Reforma

The Rupture in the Universal Church in Angola: Nationalist Narratives as a Reform Strategy

*Armindo de Jesus¹ 

Resumo

Este artigo centrou-se nos desdobramentos da crise de ruptura na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Angola, que iniciou no final de 2019 e culminou na expulsão de missionários brasileiros. Buscou-se entender como as tramas e disputas na igreja serviram para a elaboração e o fortalecimento de narrativas nacionalistas, que, a nosso ver, elevaram a crise ao patamar de uma questão de interesse nacional. Lançaremos mão da ideia de que a religião desempenha um “papel positivo na sociedade moderna”, disposta a entrar na esfera pública em interface com as políticas estatais, problemas sociais e memória nacional. Interessa-nos, especialmente, analisar os arranjos discursivos dos reformistas da Igreja Universal do Reino de Deus em Angola, que indicam um quadro de relações e conflitos de interesses se entrelaçando a aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos do país.

Palavras-chave: Angola; Igreja Universal do Reino de Deus; nacionalismo; modernização; neoliberalismo.

Abstract

This article focuses on the consequences of the crisis of rupture in the Universal Church of the Kingdom of God in Angola, which started at the end of 2019 and culminated in the expulsion of Brazilian missionaries. Our objective is to understand how the conflicts and disputes in the church served to elaborate and reinforce nationalist narratives, which, in our view, rose the crisis to the level of a matter of national interest. We use the idea of religion playing a “positive role in modern society”, willing to enter the public sphere in interface with state policies, social problems and national memory. We are particularly interested in analyzing the discursive arrangements of the reformists inside the Universal Church of the Kingdom of God in Angola, which indicate a frame of relationships and conflicts of interests that are intertwined with historical, social, economic and political aspects.

Keywords: Angola; Universal Church of the Kingdom of God; nationalism; modernization; neoliberalism.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6209-862X>.

1 Introdução

De acordo com os estudos feitos por Camila Sampaio (2020), a IURD foi desejável no projeto de *reconstrução nacional* idealizado logo após a guerra civil em Angola, e sua atuação correspondia aos interesses governamentais. Sua ambição de intensificar o movimento de reformas (Oro; Corten; Dozon, 2003) foi inicialmente bem-vista na sociedade angolana; afinal, esperava-se algo que ajudasse a diminuir a incapacidade dos homens de lidarem autonomamente com os problemas inerentes ao sistema capitalista. Sua entrada e atuação em Angola demonstram o caráter inovador e oportunista de uma das maiores igrejas neopentecostais no mundo, que entrou no país para acelerar a ruptura com o passado social (Rosas, 2016). Trata-se de uma igreja de origem brasileira que surgiu na cidade do Rio de Janeiro, no bairro da Abolição, num espaço inusitado, que funcionava como funerária. Em 9 de julho de 1977, Edir Macedo fundou definitivamente a Igreja Universal do Reino de Deus, que acabou se espalhando rapidamente por todo o país (Mariano, 2014; Oro; Corten; Dozon, 2003). Segundo Ricardo Mariano (2014), em 1986 Macedo decidiu morar nos Estados Unidos da América (EUA) com o objetivo de difundir a IURD em todo o mundo, projeto que requereu constantes mudanças estratégicas até adequar-se às demandas locais. Antes da chegada do novo século, a instituição já se fazia presente em pelo menos 50 países, fundando um templo por dia em média (Mariano, 2014).

Em Angola, a IURD possui em torno de 500 mil adeptos, número que expressa a “religiosidade peregrina”² que “caracteriza a mobilidade do estilo moderno de adesão religiosa” (Gomes, 2011, p. 146). O país foi o primeiro destino da IURD na África, instalando-se na cidade de Luanda em 1991, onde começou o processo de evangelização com apenas alguns poucos missionários. Nesse mesmo ano, houve a revisão constitucional que alterou o regime político do país, abandonando definitivamente o socialismo marxista-leninista para aderir ao modelo democrático multipartidário com base no sistema capitalista. Esta mudança facilitou o crescimento da instituição no país, que atualmente conta com cerca de 300 templos, dos quais mais de 200 estão situados na capital Luanda. Ela é uma igreja que, desde seus primeiros anos no país, tem atuado como parceira social do Estado através de ações sociais (Rosas, 2016) e pela sua capacidade de mobilização durante os eventos políticos organizados pelo partido do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e durante os processos eleitorais.

Com o seu crescimento surgiu uma das crises – ruptura – que vamos abordar neste artigo, pois nos servirá para problematizar o religioso a partir de seu caráter estruturante na modernidade. Esse trabalho é parte de minha pesquisa de doutorado iniciada em 2019, em que, através da análise de discurso, da observação e de entrevistas no campo, procurei identificar e interpretar as narrativas construídas pelos reformistas na IURD. A análise de discurso como componente metodológico me permitiu identificar o que Michel Pêcheux (Orlandi, 2005; Pêcheux, 2015) classificou como “memória discursiva”, que é definida por aquilo que se fala antes e em outro lugar. Como veremos, narrativas reformistas são produzidas aqui em correlação com a memória nacional.

² Segundo Gomes (2011), o adepto peregrino se distingue pelas diversas práticas de filiação religiosa, que pode ser voluntária ou obrigatória, autônoma ou institucional, repetida ou excepcional e comunitária ou individual.

O trabalho se justifica na medida em que reafirma a compreensão da ruptura como reflexo dos dispositivos modernizantes caracterizados por processos de subjetivações iurdianas que acabaram contribuindo na formação do sujeito empreendedor (Dardot; Laval, 2016) no país. Ou seja, tratamos aqui de um processo de rompimento associado ao caráter modernizante iurdiano, em que a Igreja Universal é entendida como um agente que busca atender as aspirações do Estado na construção de uma “nova Angola, moderna, próspera e democrática” (Sampaio, 2020, p. 124). Sob a liderança do atual presidente João Lourenço, o país foi marcado pela ideia de combate à corrupção, suscitando algumas mudanças institucionais nesse processo de construção de uma “nova Angola”. Com a saída de José Eduardo dos Santos do cargo de presidente da República em 2017, houve algumas alterações na estrutura organizacional do MPLA, gerando alguns abalos em seu “núcleo duro” e abrindo oportunidades para a afirmação de novos agentes sociais, econômicos e religiosos. É possível que as mudanças no MPLA tenham contribuído para o surgimento do movimento de reforma na IURD, pois, ao adotar a postura de combate aos “marimbondos”, o “novo” governo do MPLA passou a considerar seriamente algumas denúncias envolvendo grandes autoridades políticas e religiosas. O termo “marimbondo” foi usado pelo presidente João Lourenço em alusão aos políticos ligados à corrupção, e foi principalmente associado aos políticos da gestão de seu antecessor José Eduardo dos Santos. Marimbondo é uma vespa popularmente conhecida por suas picadas, suscitando cuidados redobrados nos locais que sobrevoa. A analogia relacionando as vespas aos políticos tomou rapidamente o senso comum, e políticos corruptos passaram a ser adjetivados como “marimbondos”. No sentido nativo, o objetivo maior do “marimbondo” é “ferrar o povo”. É nesse contexto que emerge o movimento reformista na IURD, buscando o enquadramento no discurso político sobre a reorganização do país a partir do combate à corrupção.

O que vemos, portanto, é a reorganização e reconfiguração do papel da Igreja Universal e não a rejeição a ela – uma reconfiguração que, a nosso ver, está relacionada à busca de liberdade individual existente na “razão neoliberal” (Dardot; Laval, 2016), que consiste em fazer escolhas empresariais, como veremos mais adiante em algumas narrativas reformistas. Identificamos, nesse contexto de ruptura, que as narrativas nacionalistas são usadas como forma de afirmar a solidariedade coletiva e invocar a comunidade nacional através de uma memória coletiva que contempla questões como soberania, sofrimentos nacionais e direitos dos cidadãos. A perspectiva nacionalista aparece como estratégia de reforma, atribuindo uma roupagem secular ao movimento religioso, que passa a instrumentalizar os símbolos e a memória nacional na disputa pela legitimidade da reforma.

Essa perspectiva nacionalista evidencia a religião como elemento relevante nos processos políticos atuais, pois importa mencionar que por muito tempo foi defendida a ideia de que a racionalidade e a ciência moderna “empurrariam” a religião para as margens insignificantes das nações. Projetos marxista-leninistas na África pós-colonial nutriram-se de uma crença nesse sentido. A história angolana, por exemplo, apresenta elementos que nos permitem apreender alguns fatores que explicam as noções substitutivas na relação entre religião e nacionalismo. No projeto nacionalista promovido pelo socialismo³ angolano, deu-se início a um processo doutrinário cuja crença residia na ideologia política em detrimento da religião. Nisso, o então presidente Agostinho

³ Refiro-me ao modelo ideológico com tendências marxista-leninistas, adotado logo após a independência do país (1975) e aplicado sob forte influência da ex-União Soviética.

Neto, que abandonara o protestantismo pela fé no comunismo, chegou a afirmar, no dia 21 de maio de 1977, que “talvez depois de 50 anos não houvesse mais nenhuma igreja em Angola” (Henderson, 2013). Tudo indica que a suposição do então presidente Neto falhou, visto que as igrejas continuam firmes e fortes no país, acompanhando e moldando as transformações sociais, políticas e econômicas.

Talal Asad (2021), por sua vez, reconhece que há uma tradição que compreende o nacionalismo em perspectiva religiosa. O autor cita inclusive que algumas conceituadas teorias antropológicas apresentaram argumentos identificando uma centralidade dos símbolos sagrados provenientes de impulsos religiosos que acabaram moldando as formas da vida política e nacional. Isso; não significa que se concorde com a ideia de substituição da religião pela ideologia nacionalista, vista por alguns teóricos como merecedora do uso do termo “religião”. Asad (2021, p. 204-205) aponta que essa posição “toma de forma irrefletida todos os esforços de definição da religião”.

Compreendo que o fato de a religião e o nacionalismo compartilharem alguns traços e funções comuns, como mitos de origens, santos e mártires, lugares de cerimônias e um sentido do sacrifício (Haupt, 2008), não implica que a emergência de um provoque o desaparecimento de outro. Mas reconheço que a “espiritualidade política” (Foucault, 2019) presente em algumas insurgências revolucionárias pode eventualmente contribuir para uma compreensão religiosa do nacionalismo. Para Foucault, a noção de espiritualidade não é de uso restrito à religião; segundo ele, “espiritualidade é a prática pela qual o homem é deslocado, transformado, transtornado, até a renúncia da sua própria individualidade, da sua própria posição de sujeito” (Foucault, 2019, p. 21). Ele aponta que algumas sociedades em determinados momentos da história alcançaram essa espiritualidade, que não é restrita ao domínio religioso, embora esteja constantemente presente nas religiões.

Maior pertinência pode ser encontrada quando Haupt (2008) passa a abordar a discussão recente sobre nacionalismo, vista agora como uma categoria permeável a várias imagens da sociedade, que são negociadas e disputadas de acordo com suas pertinências sociais, políticas e até religiosas. Olhando nessa perspectiva, podemos dizer que o discurso religioso pode circular no espaço público de forma secularizada sem necessariamente perder seu *status* religioso, como é possível observar na crise envolvendo a Igreja Universal em Angola. Por isso, lançaremos mão da ideia de religião desempenhando um “papel positivo na sociedade moderna” (Asad, 2021, p. 199), disposta a entrar na esfera pública em interface com as políticas estatais, problemas sociais e memórias nacionais. Como igreja cristã, a Universal do Reino de Deus ocupa uma posição privilegiada como religião fornecedora de imagens que complementam as ideologias nacionalistas na modernidade ocidental. Sua *desprivatização* (Casanova, 1994) é menos repelida na medida em que promove o debate público. Falamos aqui de uma *desprivatização* que se dá em torno dos valores liberais, tornando-se, assim, inteiramente consistente com a modernidade (Asad, 2021). Trata-se, portanto, de uma “religião pública” que fortalece as esferas públicas das sociedades modernas, bem no sentido apontado por Casanova (2006) em interlocução com Asad.

Nesse caso específico, a Igreja Universal se evidencia na formação do secular, acompanhando e fortalecendo as estruturas políticas do Estado. E a noção de nacionalismo passa a ser acionada pelos reformistas no sentido de afirmar as identidades nacionais em detrimento do “outro” – Ala Brasileira –, que não é visto como parte da comunidade nacionalmente imaginada (Anderson, 2008). Sim, cabe pontuar aqui a reflexão feita por Benedict Anderson para melhor analisar o ímpeto reformista na Igreja

Universal em Angola, que nos parece entrelaçar-se ao Estado. Esse entrelaçamento se torna necessário quando compreendemos o “Estado como uma das formas terminais de sedimentação entre as forças microfísicas” (Candioto, 2010, p. 34) que opera na produção de regime de verdades ligadas à consciência nacional.

Segundo Benedict Anderson (2008, p. 73-74), com os protestantes, pressupostos religiosos associaram-se ao desenvolvimento da imprensa capitalista, contribuindo para o surgimento das comunidades nacionalmente imaginadas. Já a crise de ruptura na Igreja Universal em Angola mostra os reformistas iurdianos não apenas se utilizando da mídia, mas constituindo a própria *mediação* que dá sentido à religião. A religião e a mídia são aqui vistas como co-constitutivas que acabam intensificando a produção de “formas sensoriais” (Giumbelli; Rickli; Toniol, 2019). No contexto da crise de ruptura, a igreja reformada opera mobilizando e formando esteticamente as pessoas ao se utilizar de símbolos nacionais. Estamos tratando aqui de relações e conflitos de interesses que se entrelaçam aos aspectos históricos, sociais e políticos de Angola, pois, como bem apontou Achille Mbembe (2013, p. 25), a origem das mudanças que operam no campo religioso “deve ser identificada na forma como as ideias, os temas e as estruturas centrais de uma religião estão associados a uma classe, a um contexto, a transformações institucionais e lutas históricas”. Entretanto, nosso artigo visa justamente examinar como as construções narrativas resultantes do conflito entre a Igreja Universal brasileira e os pastores nativos reformistas se associam ao político dentro de uma racionalidade que atende as configurações modernas de Estado.

Antes de prosseguirmos, é importante ressaltar que o movimento reformista sustenta um nacionalismo compatível com os pressupostos do discurso liberal e com o projeto moderno ocidental. E parece-nos que não há a pretensão de ameaçar a autoridade das premissas nacionais existentes, mas sim reforçá-las; ou seja, falamos aqui de uma religião que, segundo Asad (2021, p. 201 grifo do autor), não “entra no debate político *em seus próprios termos*”.

2 Contextualizando a Crise

No final do ano de 2019 se evidenciou o conflito entre bispos, pastores e fiéis que acabaram filiando-se a alas distintas no interior da Igreja Universal do Reino de Deus em Angola. Esse “racha” foi oficialmente confirmado quando, no dia 28 de novembro do mesmo ano, um grupo de cerca de 300 pastores angolanos, portando um manifesto, anunciou publicamente a ruptura com a direção central da Igreja Universal do Reino de Deus liderada pelo seu fundador bispo Edir Macedo (Igreja [...], 2020). Segundo a reportagem feita pela Televisão Pública de Angola (TPA), houve um abaixo-assinado com a participação de cerca de 300 pessoas – entre bispos e pastores – da Ala da Reforma exigindo mudança na direção da instituição (Costa, 2020).

Entre as questões envolvidas no debate sobre essa ruptura estão acusações que abarcam o campo jurídico e moral. Discriminação, humilhação, violação da integridade física – imposição da prática de vasectomia – e evasão de recursos financeiros são algumas das categorias de acusação que compõem a narrativa da Ala da Reforma. A crise gerou divisão no interior da Igreja Universal, suscitando duas alas antagônicas conhecidas publicamente como Ala da Reforma e Ala Brasileira. Por outro lado, a Ala Brasileira alegou serem infundadas tais acusações, que, segundo a liderança, são orquestradas por ex-bispos e ex-pastores desligados da igreja em razão de condutas

impróprias. A Ala Brasileira constrói o argumento de defesa se apresentando como vítima de xenofobia, narrativa que mobilizou alguns atores sociais e políticos além-fronteiras. Nisso, foram registrados alguns desconfortos diplomáticos entre Brasil e Angola, e parlamentares brasileiros manifestaram publicamente suas insatisfações em relação ao tratamento dado aos cidadãos brasileiros envolvidos no caso. Segundo o deputado federal brasileiro Eduardo Bolsonaro, estaria havendo em Angola desrespeito à liberdade religiosa, de imprensa e aos direitos humanos em meio às agressões e expulsões de pastores e bispos brasileiros ligados à Igreja Universal brasileira (Nascimento, 2020). Embora o deputado tenha usado as redes sociais na *internet* para demonstrar sua preocupação e fazer suas alegações, a harmonia diplomática entre as duas nações não deixou de sofrer alguns pequenos “arranhões”.

O então presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, também se mobilizou diante da crise na instituição da Igreja Universal, enviando uma carta oficial ao presidente da República de Angola, João Lourenço, na qual expressou sua preocupação em velar pelos direitos dos brasileiros no país africano (Gonçalves, 2020). Tal carta foi publicada pelo deputado Eduardo Bolsonaro em sua página no X (ex-Twitter). Diante da acirrada disputa, a Procuradoria Geral da República (PGR) de Angola decidiu, no mês de agosto de 2020, interditar os templos e bloquear as contas bancárias da igreja em Angola. Oficiais da PGR, do Serviço de Investigação Criminal (SIC) e do Instituto Nacional para Assuntos Religiosos (INAR) selaram várias catedrais da Igreja Universal nos municípios de Viana, Talatona e Luanda. Segundo a imprensa angolana, o Ministério Público justificou que a apreensão dos templos se devia ao fato de que tais imóveis estariam relacionados com atos criminosos.

A reportagem especial feita pelo Programa *Na Lente* da Televisão Pública de Angola (TPA) no dia 06 de agosto de 2020 elevou a crise na Igreja Universal para uma dimensão nacional. Entrevistas em forma de testemunhos sobre o sofrimento vivido pelos pastores angolanos e seus familiares durante a gestão brasileira foram minuciosamente exploradas, gerando comoção nacional e, em alguns casos, revolta de algumas pessoas que passaram a conceber a crise em uma perspectiva nacionalista. Tratando-se de uma emissora de televisão estatal, tal reportagem sinalizou a posição do governo angolano em relação à polêmica, uma posição confirmada pela fala do presidente da República em uma sessão na Assembleia Nacional:

[...] não devemos permitir que algo que é sagrado e de grande responsabilidade como é a religião e o bom nome de Deus seja banalizado, profanado e se torne num negócio das almas sem regras nem princípios [aplausos de maioria dos presentes]. Toda sociedade está desde já convidada a se mobilizar e a ser parte ativa desta luta (Presidente [...], 2020).

Assim, o processo de reforma da igreja também passou a ser compreendido como um processo de nacionalização da instituição. Membros da Ala da Reforma passaram a exibir a bandeira da República de Angola durante as manifestações em frente e no interior dos templos principais de Luanda. Tal estratégia despertou a noção de conflitos e levantes revolucionários em perspectiva nacionalista – estrangeiros *versus* nacionais –, reforçando, assim, as acusações que suscitam discussões sobre o que alguns reformistas consideram como “tendências neocoloniais” na gestão da igreja. A perspectiva nacionalista abarcou parte dos campos político, jornalístico e intelectual,

que passaram a olhar a igreja de Edir Macedo como uma instituição sem compromisso com o desenvolvimento da nação. Na reportagem feita pelo programa *Na Lente* da TPA, enfatizou-se essa falta de compromisso com o desenvolvimento da nação. Segundo depoimentos feitos durante a reportagem, a Igreja Universal arrecadava até 17 milhões de dólares apenas em sessões anuais de “Fogueira Santa”⁴. A reportagem apontou ainda que, durante os 28 anos de gestão de Edir Macedo, a instituição religiosa não construiu nenhum hospital ou escola no país.

No intuito de legitimar a igreja reformada, criou-se a chamada Comissão da Reforma, tendo como coordenador o bispo iurdiano angolano Valente Luís. Em seguida foi realizada, no mês de julho de 2020, uma Assembleia-Geral extraordinária para estabelecer algumas mudanças no corpo diretivo da instituição religiosa em Angola. As decisões tomadas pela Comissão da Reforma, depois de algumas tentativas, tornaram-se juridicamente legítimas. A decisão tomada em fórum interno foi posteriormente chancelada pelo Estado angolano através do Instituto Nacional para Assuntos Religiosos (INAR), órgão estratégico ligado ao Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, cuja função consiste em monitorar, classificar e regularizar as organizações religiosas. Segundo o jornal *O País*,

O Instituto Nacional para Assuntos Religiosos (INAR), instituição afecta ao Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, reconheceu, recentemente, Valente Luís na liderança da Comissão de Reforma com base na Acta da Assembleia-Geral Extraordinária de 24 de Junho. O INAR declara que, para efeitos de legalidade da liderança da IURD, é suficiente o Diário da República, III Série, número 129, de 26 de Novembro de 2020, emitido pelo Cartório Notarial de Luanda (Manaça, 2020).

O boletim oficial do Estado confirmou a eleição dos representantes da IURD-Angola e conferiu poderes ao coordenador da Comissão de Reforma, Valente Luís, para representar a igreja nos vários organismos estatais, associações civis, públicas e privadas, bem como negociar, receber bens, meios e serviços conexos. A Ala Brasileira, ao tomar conhecimento das nomeações, enviou uma nota ao *Jornal de Angola* com a seguinte posição:

[...] Igreja Universal do Reino de Deus, liderada pelo bispo Honorilton Gonçalves, reconhece a veracidade do ofício emitido pelo Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos (INAR), que reconhece a Comissão da Reforma como a legítima representante da IURD em Angola. Confirma-se que o ofício nº 219/GDGINAR/2020 foi de facto emitido pelo INAR, refere a nota, que no entanto não reconhece competências desta instituição tomar esta decisão à luz do Decreto Presidencial nº 237/19, de 29 de julho (Sibi, 2020).

No mês de janeiro de 2021, o *Jornal de Angola* tornou pública a cerimônia de posse organizada pela Comissão da Reforma, em que 62 pastores e 23 conselheiros da IURD-Angola assumiram suas funções na instituição (Quiluta, 2021). O angolano

⁴ A Fogueira Santa é considerada a principal campanha de fé desenvolvida pela Igreja Universal. Em Angola, os membros eram convocados a participar da campanha duas vezes por ano, depositando envelopes de pedidos feitos com “sacrifício” em dinheiro ou outros tipos de bens materiais.

Antônio Miguel Ferraz, então vice-presidente da IURD na Ala Brasileira, também foi nomeado para assumir um dos templos mais prestigiados de Luanda – uma nomeação com tendências conciliadoras, que não foi aceita pelo pastor, que segue representando a parte brasileira. O assessor para assuntos eclesiais e institucionais da Comissão da Reforma, bispo Felner Batalha, confirmou ao jornal *O País* a nomeação de integrantes da Ala Brasileira para compor a IURD-Angola, dizendo que “a missão da nova direção é também reconciliar a igreja, e precisamos fazer com atos como este” (Manaça, 2020, p. 10). Cidadãos angolanos representantes da Ala Brasileira resistem a uma conciliação que desconsidere a cúpula brasileira na direção da instituição. Sob a orientação do bispo Macedo, seguem mobilizando os fiéis, adeptos e simpatizantes angolanos na esperança de uma reviravolta do caso. Passaram a fazer uso de residências de membros para realizar cultos e reuniões “clandestinas”, mobilizando os fiéis para eventuais manifestações reivindicativas.

Por outro lado, a mídia iurdiana no Brasil operava contrariando as justificativas dos reformistas. A Rede Record, através de seus programas de notícias, abordou exaustivamente a crise na igreja em Angola, apresentando depoimento de parlamentares brasileiros sobre a situação dos cidadãos brasileiros no país africano (Nove [...], 2021). Membros da Ala Brasileira foram apresentados como vítimas de perseguição política e religiosa. Já os reformistas eram apresentados como expastores expulsos por condutas imorais e criminosas. Instaurou-se, assim, uma disputa em que os discursos foram midiaticizados internacionalmente. O fato de haver uma nova liderança reconhecida juridicamente em Angola não fez com que os embates entre as alas cessassem. Articulações e negociações continuam sendo feitas, acionando noções patrióticas e nacionalistas, por um lado, e reivindicações contra a perseguição política e xenofobia, por outro. As acusações de prática de xenofobia contra os iurdianos brasileiros se intensificaram depois que um grupo de pastores brasileiros desembarcou na cidade de São Paulo – Brasil – alegando ser vítima de ameaça, agressão e expulsão. A emissora de televisão – Rede Record – ligada ao bispo Macedo cobriu a chegada dos brasileiros repatriados. Por outro lado, o *Jornal de Angola* (Sibi, 2021) informou que pelo menos 51 missionários da Ala Brasileira haviam sido notificados para abandonar o país por estarem em situação migratória irregular. As repatriações não impediram as articulações e negociações feitas pela Ala Brasileira, que, através de seus representantes angolanos, continua engajando-se na mobilização dos fiéis e simpatizantes. É interessante observar que as construções narrativas e as articulações políticas e sociais feitas pelas duas alas nos permitem identificar algumas formações de sentido que transcendem a religião. Com isso, somos instigados, através de questões como secularismo e identidade nacional, a pensar essa Angola moderna, que se almeja alcançar desde o final da guerra civil (Jesus, 2018; Sampaio, 2020).

No mês de março de 2021, houve a reabertura parcial das igrejas já sob a direção dos reformistas, mas com pouca clareza quanto ao real responsável pelo patrimônio da instituição no país. Alguns poucos templos foram autorizados a funcionar enquanto o processo tramitava na Justiça angolana. Se, por um lado, continuam os esforços da parte da Ala Brasileira no sentido de recuperar os templos apreendidos, por outro, os reformistas buscam assumir o controle absoluto da instituição, caracterizando uma disputa aberta sem previsão de encerramento.

3 Instrumentalizando Símbolos e Memórias Nacionais na Reforma da Igreja

Na IURD sempre foi conveniente o uso de símbolos nacionais tanto nos discursos como nas ações que poderiam colaborar para a afirmação de uma “angolanidade” que privilegiasse a construção de uma espécie de “identidade nacional homogeneizadora e sem etnicidade” (Sampaio, 2020, p. 126). Já com os reformistas se percebe que o uso de símbolos e memórias nacionais é feito no sentido de se desvincular da administração de Edir Macedo, que é representada discursivamente como ingerência estrangeira. Busca-se, com isso, influenciar a consciência coletiva através da recuperação de discursos preexistentes que constituem as sensibilidades – memórias, medos, aspirações, esperanças e lutas históricas – na esfera pública (Asad, 2021). É interessante observar como o reformista pastor Chipenda se utiliza do hino nacional de Angola para opor resistência à Ala Brasileira. Usando a plataforma nas redes sociais *online*, disse:

Prestem atenção como é que Deus está a agir. Atenção, atenção, no nosso hino nacional [que] diz: ‘ó pátria, ó pátria nunca mais esqueceremos os heróis de 04 de fevereiro. Ho pátria nós saudamos os teus filhos tombados pela nossa independência. Honramos no passado a nossa história, construimos no trabalho o homem novo’. O nosso hino nacional exige uma reforma, o nosso hino nacional fala de reforma, ‘Angola avante, revolução pelo poder popular, pátria unida e liberdade, um só povo, uma só nação. Levantemos nossas vozes em liberdade’. Chegou a hora dos pastores angolanos dizerem chega, queremos liberdade. ‘Levantemos nossas vozes em liberdade para glória dos povos africanos, marchemos combatentes angolanos, solidários com os povos oprimidos’. O povo angolano está sendo oprimido na Igreja Universal, as esposas estão sendo oprimidas na Igreja Universal, os pastores são oprimidos na Igreja Universal. Vocês [IURD] não oprimem o povo porque querem o dízimo do povo, vocês não oprimem os obreiros porque querem o sacrifício dos obreiros. Mas oprimem os pastores. Então nós estamos a fazer valer o nosso hino, vamos fazer sentir o hino de Angola aqui. ‘Um só povo e uma só nação’ e quem quer fazer parte desse ‘um só povo’ e dessa ‘uma só nação’ tem que andar conforme as regras e os senhores [liderança brasileira] estão a provar para nós que não querem andar conforme as regras, partindo do princípio em que os senhores não respeitam nem as medidas de biossegurança, não mantiveram o distanciamento social naquela meditação, naquela maldita ação, primeiro. Segundo, não usaram máscara, vocês estão a ter problemas com o Ministério da Saúde, vocês estão a ser má influência para o povo angolano (Fala do reformista pastor Chipenda), (Pastor [...], 2020).

Aqui o pastor reformista, em um de seus pronunciamentos na sua plataforma *online*, recita partes do hino nacional da República de Angola em meio ao seu argumento em relação ao processo de reforma na instituição religiosa. Pode-se observar nos argumentos do pastor que há uma articulação discursiva colocando o projeto de reforma em consonância com os elementos simbólicos constitutivos da nação angolana. Henrique Chipenda é pastor da Igreja Universal na cidade e município de Kuito, capital da província do Bié. Vale ressaltar que a cidade do Kuito foi o local que, no ano de 1987, registrou o maior confronto militar durante o período de guerra civil, quando as forças

armadas da África do Sul do regime de *apartheid* enfrentaram o exército angolano que, naquela ocasião, contava com a ajuda do exército cubano (Hodges, 2002). A localização geográfica do pastor Chipenda reforça sua performance revolucionária no seio da Igreja Universal, que é sustentada pela ideia de liberdade tal como ocorreu no processo de resistência contra as forças invasoras estrangeiras. Tal estratégia discursiva parece produzir sensibilidades que fazem dos interesses reformistas uma questão nacional; a ideia é acionar noções nacionalistas através da religião. Ressalto o fato de que não estamos diante de processos conflitantes (e de negociações) similares ao que se vê no Oriente Médio e parte da África do norte – Egito, Turquia e Irã – onde os símbolos religiosos são apropriados pelo nacionalismo (Zubaida, 2003). Pelo contrário, símbolos nacionais são aqui apropriados pelo discurso religioso na forma secularizada.

Nesse contexto, torna-se fundamental para os reformistas preencher o imaginário coletivo com noções como soberania nacional e pátria, que ao mesmo tempo visam repelir os objetivos estrangeiros representados pela Ala Brasileira. O termo “Ala Brasileira”, usado propositalmente pelos reformistas, pressupõe a existência de um adversário estrangeiro que, assim como em contextos de colonização, apresenta-se em um viés persecutório, causando dor e sofrimento aos povos nacionais. A retórica persecutória também é usada como elo de aproximação entre os iurdianos reformistas e os membros da sociedade civil organizada, tornando-se eficiente no processo de negação aos iurdianos brasileiros. Há, portanto, uma estrutura narrativa em direção ao que Ruy Blanes (2015, p. 2) identificou como “um processo de ‘nacionalização’ da religião, promovida pelo Estado para não permitir credos religiosos reivindicarem qualquer tipo de lealdade econômica ou política a territórios fora de Angola”. A reforma tornou-se, assim, um elemento de reanimação da memória e identidade nacional, atualizando os traumas coletivos vivenciados no processo de independência do país.

Exploração, racismo e repressão cultural são categorias de acusação usadas nos discursos reivindicativos dos reformistas, remetendo a um contexto colonial e tornando pertinente o uso do hino nacional, que carrega a identidade nacional e aponta para uma “revolução”. É interessante notar que, ao mesmo tempo que o hino enaltece o passado de luta e resistência, também chama para novas conquistas revolucionárias. Com trechos como “*levantemos nossas vozes em liberdade para glória dos povos africanos*” e “*marchemos combatentes angolanos, solidários com os povos oprimidos*”, chama-se atenção para a libertação de África como um imperativo. Esse imperativo é reaproveitado retoricamente para sugerir que os iurdianos em outros países africanos comecem um processo de ruptura com a administração do bispo Edir Macedo, como alertou o bispo reformista Felner Batalha em uma carta⁵ enviada à liderança brasileira contendo uma série de reclamações sobre a gestão da Igreja Universal em Angola. Supõe-se, assim, que a ruptura na Igreja Universal em Angola vá provocar um efeito “bola de neve”, influenciando principalmente os países africanos que possuem filiais da igreja de Edir Macedo.

Com mais de 50% dos pastores da instituição, a Ala da Reforma adotou uma postura revolucionária se utilizando da noção de independência e resgatando aspectos ligados à soberania – uma soberania apresentada pelos reformistas como algo sendo desrespeitado pelas arbitrariedades praticadas pela cúpula da Igreja Universal brasileira. Símbolos nacionais passaram a acompanhar o movimento de reforma, criando

⁵ No mês de março de 2018, o bispo Felner Batalha enviou uma carta ao bispo Macedo contendo uma série de reclamações e sugestões em relação ao modo em que a igreja estava sendo administrada em Angola. Esse gesto foi ignorado pela cúpula da igreja no Brasil.

a impressão de que havia uma causa de interesse nacional suscitando a participação da sociedade civil. Sustenta-se, assim, uma reforma pautada na ideia de unidade através da retórica de paz e reconciliação entre os iurdianos, e espera-se, com isso, uma representação simbólica da igreja “nova” que remete ao processo de estruturação do país reconciliado depois da guerra. Nesse sentido, a igreja reformada é apresentada como uma espécie de microcosmo da nação angolana, que, desde a independência, buscou superar a opressão, os conflitos, a divisão, as injustiças e os preconceitos.

Figura 1 - Reformistas exibindo a bandeira de Angola em frente à catedral do Morro Bento em Luanda



Fonte: Jornal de Angola.

Além de fortalecer as diretrizes do Estado em relação ao controle das igrejas, a instrumentalização de símbolos e memórias nacionais também abre possibilidade de articulação entre iurdianos reformistas e movimentos sociais emergentes. Alguns ativistas sociais engajados nas transformações sociais e políticas foram seduzidos pelas reivindicações em torno de questões que afligem tanto os iurdianos como a sociedade em geral.

3.1 A Pauta Nacionalista como Elo de Ligação entre Reformistas e Ativistas Sociais

A Ala de Reforma se atém aos pressupostos que permitem o crescimento da visibilidade da IURD no espaço público como instituição religiosa reformada; menciono aqui alguns desses pressupostos segundo a interpretação de Talal Asad:

[1] *Fazer com que os outros ouçam*, mesmo que prefiram não ouvir; [2] falar com consequência, de modo que algo no mundo político seja afetado; [3] chegar a conclusões para ter autoridade para tomar decisões práticas com base em tais conclusões (Asad, 2021, p. 200; grifo do autor).

Em meio a esses pressupostos, há o interesse em fazer com que a “luta” dos reformistas passe a ser compreendida como parte de uma espécie de resistência patriótica e que grupos e ativistas da sociedade civil angolana se juntem a essa causa. Novos atores sociais passaram a compor os enfrentamentos discursivos, e foi possível perceber essa associação quando o bispo Macedo fez algumas declarações tidas como polêmicas. Ao se pronunciar sobre a crise na IURD em Angola, bispo Macedo disse:

Nós estamos trabalhando, nós estamos lutando, nós estamos orando, nós estamos chorando, nós estamos clamando a Deus, e vocês podem ter certeza, quem está nos ouvindo pode ter certeza que essa situação vai mudar, o nosso Deus vai ser glorificado e os perversos, aqueles que são revoltados, que têm se revoltado, eles vão descer à sepultura mais breve do que se possa imaginar e pior, inclusive suas respectivas famílias (Edir [...], 2020).

Tais declarações do líder brasileiro provocaram reações dos angolanos dos mais variados segmentos. O ativista social angolano residente na Inglaterra conhecido pelo nome Gika Tetembwa foi um dos que respondeu à fala do líder brasileiro nas redes sociais *online*, dizendo:

[...] Macedo [...] aquilo que vocês dizem que os irmãos da igreja querem sair da igreja para regressar na umbanda, cuidado com aquilo que você está a falar, que você não sabe porque não te pertence. O nosso povo foi destruído por causa dos anos de colonização e é preciso saber que esses vossos amigos [do governo] que estão no poder continuaram a alienação mental. Então não vem mais o senhor nos amaldiçoar, porque pior que estamos amaldiçoados, que nós vivemos, já não vamos ficar mais, estás a entender? Nem todos os angolanos, os 24 milhões de angolanos, estão metidos na tua igreja, tens que ter muito cuidado quando você estiver a falar, não pensa que aqui as pessoas têm medo da sua posição, ninguém tem medo mano, quando andamos a nos matar entre nós você não estava lá. Quando lutamos para descolonização de Angola estavas no teu sítio. Cuidado, queres fazer o teu dinheiro não te armes em paspalho, fica tudo a perder. Não te temos mesmo medo, você confia no Deus, nós temos uma filosofia, Nzambi [Deus] no céu é só um e a justiça tem que ser para todos na terra. Meus irmãos angolanos, calma que o nosso dia há de chegar (Edir [...], 2020).

Gika Tetembwa é conhecido nas redes sociais por suas críticas, que abrangem as questões políticas, sociais e religiosas de Angola. Dentre os diversos temas abordados por ele estão: exploração sexual infantil, abuso de autoridade, corrupção, perseguição política, história de Angola e desaparecimento de políticos durante o regime socialista. Assuntos religiosos também não escapam de suas “afiadas” críticas. Assim como Tetembwa, outros “não crentes” se indignaram com as declarações do bispo Macedo

amaldiçoando os reformistas e suas famílias. Tais declarações suscitaram o aumento de pessoas contrárias à IURD-Brasil e também fortaleceram a interpretação da crise como um assunto de interesse nacional.

Posições nacionalistas em prol do movimento reformista na Igreja Universal acabaram forjando alguns posicionamentos do governo angolano no sentido de atender algumas exigências feitas pelos ativistas sociais. São posições que se somam às propostas de exercício de cidadania “de baixo para cima”, encabeçadas por grupos e movimentos sociais emergentes e progressistas. Nisso, revela-se que o nacionalismo construído através de decisões políticas autoritárias e sob a influência das experiências vividas no socialismo começa a ser confrontado do ponto de vista prático. Em razão de seu caráter doutrinário, o poder político tentou, durante o período socialista (1975-1991), monopolizar a manutenção da ordem simbólica, inibindo duramente qualquer tipo de “subversão” simbólica proveniente dos campos jornalístico, artístico e religioso, sendo que este último perdeu, principalmente entre os protestantes, seu protagonismo na produção dos elementos que apontavam para a “ética” moderna (Schubert, 2000).

A mudança do regime político atestada pela reforma constitucional elaborada em 1991 não foi suficientemente capaz de produzir mudanças imediatas no que concerne à operação dos dispositivos políticos e jurídicos, que seguiram promovendo a manutenção de um sistema político centralizado. Essa situação foi agravada pela guerra civil, que retornou após o fracasso dos “acordos de Bicesse”⁶ em 1991. Vale ressaltar que no regime socialista a produção e manutenção dos símbolos e imagens nacionalistas eram feitas a partir do protagonismo político partidário, visto que o espaço público era tido como o “lugar” de controle disciplinar e não como o espaço de disputas e negociações discursivas.

Atualmente, novas formas comunicacionais – especialmente a *internet* – corrompem o caráter centralizador do governo político, que se vê forçado a lidar com as diversas “vozes” que emergem dos diferentes segmentos – movimento estudantil, movimento sindical, ativistas sociais e políticos – da sociedade e acaba revelando o caráter frívolo e abstrato associado à ideia de soberania popular. Grande parte dos discursos provenientes das mídias alternativas denuncia a exclusão da maioria dos cidadãos no projeto de nação em curso no país. É nesse contexto que surgem ativistas políticos e sociais como Gika Tetembwa, Tanaice Neutro, Gansta, Izidro Fortunato e tantos outros jovens da cidade de Luanda que, com seus discursos nacionalistas, procuram “guiar” os angolanos em direção às transformações políticas e sociais. Alguns deles se intitulam pan-africanistas⁷, engajam-se no que entendem como resgate da identidade nacional africana, criticando as imagens e símbolos que inferiorizam os angolanos em relação aos povos ocidentais. Britxela é um dos ativistas sociais de menos de 25 anos (como preferiu declarar sua idade), estudante universitário e cantor de rap, que me cedeu algumas entrevistas enquanto estive na cidade de Luanda. Sobre a crise na Igreja Universal em Angola disse Britxela:

⁶ Situado na área metropolitana de Lisboa, Portugal, Bicesse foi o local em que foi assinado, em 31 de maio de 1991, o acordo que tinha como principal objetivo terminar com a guerra civil protagonizada pelo MPLA e UNITA e marcar as eleições, que tiveram lugar nos dias 29 e 30 de setembro de 1992.

⁷ Pan-africanismo é a ideologia que defende a união dos povos africanos e afrodescendentes no mundo contra a opressão. O movimento pan-africanista ganhou força no século XIX durante a ocupação e exploração dos países africanos pelas nações europeias.

Acho que no final do ano passado [2021] teve uma manifestação, está a haver sempre [manifestações] e eu estive nessa, às 05 horas a coisa já estava fervendo [muita agitação]. Uma das pessoas que estava envolvida na manifestação me reconheceu e me chamou para participar, eles gostam de me ouvir falar, gostam que toque nos pontos, então fui conversando com ele. [Ele] foi pedindo algumas ideias e [eu] também estava lhe despertando algumas, principalmente sobre a questão de estar envolvido nessa luta. Felizmente a elitização brasileira perdeu grande parte da influência aqui [em Angola], mas também há essa divisão, entre os nacionalistas [pastores angolanos] e aqueles que ainda querem preservar a essência do Brasil. [...] Quero dizer, lá [no Brasil] estão a influenciar para que gente com suborno crie instabilidade, por causa de quê? Por causa do poder da influência política de quem está lá no Brasil para interagir aqui em Angola (Entrevista de campo, 14/05/2022).

É interessante observar que Britxela classifica os pastores reformistas como nacionalistas que buscam emancipar-se de uma suposta “essência brasileira”, perspectiva compartilhada pelos integrantes dos movimentos sociais. Os arranjos discursivos pautados na ideia de ingerência brasileira nos assuntos da igreja em Angola foram fundamentais nesse processo de cooptação de adeptos; apontar, portanto, que há uma suposta força política estrangeira a fim de provocar instabilidade reforçou a perspectiva nacionalista, fazendo com que a ala reformista opere no espaço público de maneira especial. Durante minhas observações, fui percebendo como a noção de exploração aparece em meio aos argumentos reformistas, que tendem a associar a gestão de Edir Macedo aos grandes grupos empresariais estrangeiros atuantes em Angola. A fala do pastor reformista Maurício Felipe parece ilustrar a racionalidade que consubstancia essas disposições acusatórias ao dizer:

Nós angolanos estamos habituados, temos visto as organizações não governamentais, sobretudo aquelas que vêm de fora, com uma política muito bem definida. Aquelas organizações que vêm prestar um serviço ao nosso país, se você observar os veículos que compram, os meios que usam, e onde vivem, são sempre situações temporárias. Geralmente não compram aqueles carros caros, duráveis, não constroem casas, alugam porque sabem que por um tempo vão estar aí e outro tempo já não. E nós temos visto que a igreja tem seguido esse caminho, não justifica tudo que temos falado aqui no caso de venda de patrimônio, para pessoa que vai ficar permanentemente aqui. Isso nos mostra que nenhuma dessas pessoas tem pensado em nós, eles têm pensado neles porque na mente deles [pensam assim]: ‘um dia nós vamos embora’. Se verdadeiramente houvesse amor da parte deles por nós pensariam [assim]: ‘nós não somos daqui, não nascemos aqui, mas os nossos irmãos estão aqui e um dia eles ficam e nós vamos’. Então meus irmãos, a causa é nossa e tudo que tivermos que fazer, vamos fazer, sem medir esforço porque isso é nosso, os que vêm, um dia vão e nós estamos aqui. E tudo que tiver que ficar, sobrar ou acontecer amanhã quem vai arcar com as consequências seremos nós. Então, você que está aqui vista a camisa e faça com que aqueles que ainda não estão na causa também se reverem nesta causa (Obreiros [...], 2019a).

A falta de comprometimento com os iurdianos nacionais é colocada em perspectiva para consolidar os intentos reformistas na Igreja Universal. Nesse sentido, o movimento reformista passou a interagir com grupos e movimentos sociais organizados para reivindicar direitos dos iurdianos nacionais. Entrelaçando-se aos movimentos sociais, o movimento reformista buscou atrair outros segmentos da sociedade civil acostumados com as manifestações públicas.

3.2 Entrelaçando-se aos Movimentos Sociais

[...] para se entender o potencial de formação de redes de movimentos, é necessário buscar os nexos que os atores políticos organizados constroem entre as demandas materiais ou as privações no cotidiano e o sentido subjetivo dessas privações, traduzindo esses nexos em formas expressivas, comunicativas e em pautas políticas comuns a várias organizações, criando identidades coletivas que possibilitam a articulação dos movimentos específicos numa rede de movimentos sociais (Scherer-Warren, 2008, p. 507).

Entrelaçando-se aos movimentos sociais, iurdianos reformistas não só demandam suas pautas institucionais, como também levantam problemas que têm a ver com dimensões coletivas da vida social e política do país. Desse modo, chama-se atenção tanto dos aparatos governamentais como da sociedade civil. Racismo, direitos trabalhistas e direitos humanos são categorias sedutoras que transcendem os conflitos no interior da Igreja Universal e suscitam articulação entre reformistas e atores sociais organizados. É importante não perder de vista que grande parte dos protagonistas da reforma compõem o corpo eclesiástico da Igreja Universal há mais de 25 anos. Os protagonistas da reforma constituem formas emergentes de conduzir a conduta dos indivíduos através de agenciamentos neoliberais promovidos por dispositivos neopentecostais (Cortês, 2018). Ao contribuir para o aparecimento do “homem empresarial” (Dardot; Laval, 2016), a Igreja Universal coloca em evidência esse agente como “sujeito ativo” focado no *empoderamento* e mais interessado em um tipo de engajamento que associa os direitos individuais às questões nacionais.

Ou seja, cabe dizer que os métodos e técnicas disciplinares iurdianas prepararam indiretamente os membros – pastores e bispos – para a resistência hoje vivida, resistência que suscita a imbricação com o “não religioso”, promovendo diversos entrelaçamentos entre discursos – sobre direitos humanos, liberdade, política, cidadania e violência – e práticas religiosas em contextos sociais mais seculares. Portanto, com essas imbricações, que atraem outros atores sociais, o iurdiano reformista se insere em um plano maior que podemos chamar de *governamentalidade* (Foucault, 2008), que em contexto liberal depende,

Não mais, justamente, da intervenção autoritária do Estado que vai regulamentar, sob a forma da polícia, o espaço, o território e a população. O bem de todos vai ser assegurado pelo comportamento de cada um, contando que o Estado, contando que o governo saiba deixar agir os mecanismos de interesse particular, que estarão assim, por fenômenos de acumulação e de regulação, servindo a todos (Foucault, 2008, p. 466).

Dado que a disciplina está sempre em tensão com a *governamentalidade* (Asad, 2021), conflitos e negociações envolvendo movimentos sociais reivindicativos tendem a aumentar na sociedade angolana. E os reformistas tendem a aproveitar o ensejo para se articularem em redes no espaço público; suas manifestações públicas como movimento social começaram logo após a divulgação do manifesto pastoral, em dezembro de 2019. Portando cartazes, obreiros e membros da igreja marcharam uma distância de aproximadamente 8 km, percorrendo o trajeto habitual das manifestações na cidade de Luanda, que geralmente inicia nos arredores do cemitério da Santa Ana e termina no largo do 1º de Maio. A catedral do Maculusso, local da concentração dos manifestantes, fica a aproximadamente 250 metros do Largo 1º de Maio, área bastante movimentada da cidade. Nos cartazes constavam frases relacionadas aos temas pontuados no manifesto pastoral, tais como: “Não à violação da Constituição da República”; “Não à evasão de divisas”; “Não à vasectomia; é um direito constituir família”.

Essa foi uma manifestação feita em articulação com alguns segmentos da sociedade civil, alguns abertamente descontentes com as políticas do governo do Estado. Uma série de queixas e reclamações compunham os discursos dos ativistas sociais que se juntaram aos reformistas para reivindicar direitos dos membros expulsos pela gestão de Edir Macedo. Buscava-se, com isso, chamar atenção das autoridades sobre as decisões tomadas pela cúpula da Igreja Universal em relação aos desligamentos compulsórios de dezenas de pastores e membros.

Figura 2 - Reformistas na companhia dos movimentos sociais em frente à catedral do Maculusso



Fonte: Angola24horas (Pastores [...], 2019).

Obreiros e pastores destacaram-se com seus uniformes de trabalho – camisa clara, calça social escura, sapatos pretos e gravata – como uma mensagem simbólica de resistência aos desligamentos em massa dos membros do corpo eclesiástico. O intuito aqui foi deslegitimar o poder da liderança brasileira sobre os reformistas, chamando atenção do Estado para arbitrar o conflito, estratégia que surtiu efeitos favoráveis, pois, alguns meses após a manifestação, as igrejas foram interdidas através de ordem judicial. Realço aqui a entrevista em forma de pronunciamento de

um dos “cabeças” da manifestação de nome Diniz Dumbo, membro da Igreja Universal e jornalista. Dinis Dumbo, de maneira disciplinar, exclamava algumas palavras de ordem que eram repetidas em sequência pelos manifestantes: “Os membros angolanos são dignos de respeito, diga amém, [e os manifestantes respondiam: amém]; [e] a mulher do pastor é uma angolana, é ou não é? Ela também é digna de respeito, é ou não é?” (Obreiros [...], 2019b).

Demonstrando certo domínio das técnicas de formação de opinião, Dinis Dumbo falou aos jornalistas em forma de pronunciamento. Disse ele:

É exatamente isso que nós estamos a clamar, nós viemos aqui para dizer ao bispo Honorilton Gonçalves que nós obreiros angolanos queremos diálogo. Já que o senhor não quer dialogar com os pastores, nós somos seus filhos pela fé, então viemos lhe pedir para dialogar. A igreja angolana não pode continuar na dissensão, a igreja angolana não pode continuar na confusão. Quando o bispo Kenedy Alcântara [Fundador da IURD em Angola] veio para Angola, ele trouxe uma igreja sã e espiritual, quando o bispo Sr. Augusto de Oliveira [Fundador da IURD em Angola] veio para Angola, ele nos trouxe uma igreja espiritual. [...] Eles encontraram angolanos, eles encontraram Felner Batalha, primeiro obreiro que aderiu à causa da Igreja Universal, eles encontraram João Bartolomeu. Hoje João Bartolomeu já não? Hoje [que] a igreja está constituída, Felner Batalha já não? Hoje [que] a igreja está constituída, angolano já não? Não, não, não, não! Lembrar ainda que pouco depois a igreja foi fundada em Angola através de um decreto, e o decreto é angolano. Lembrar ainda que a igreja é de direito angolano, a igreja não pode ser simplesmente gerida por brasileiros (Obreiros [...], 2019b).

O bispo Kenedy Alcântara e o pastor Augusto Oliveira, fundadores – em 1991 – da Igreja Universal no país, são lembrados pelo movimento reformista como organizadores de uma igreja espiritual, que esteve preocupada com as almas. Na concepção reformista, houve a substituição da igreja espiritual por uma igreja materialista que desenvolveu uma gestão excludente, colocando os membros angolanos em planos subalternos e dispensáveis. Dois dos primeiros obreiros nacionais fundadores da igreja em Angola, hoje bispos, João Bartolomeu e Felner Batalha, foram apresentados como vítimas da exclusão do que seria a igreja materialista, tornando-os, assim, símbolos de injustiça.

O discurso do obreiro Diniz Dumbo enfatiza a questão da identidade nacional com a perspectiva de “nós contra eles”, produzindo agenciamentos que transcendem os interesses religiosos. Assim, reformistas entraram na disputa operando também como movimento social, somando-se aos “estratos significativos da sociedade, como os trabalhadores, os grupos de mulheres, os estudantes, os jovens e o componente intelectual” (Tilly, 2010, p. 133). O frequente uso da Constituição da República nas construções narrativas dos atores sociais presente na manifestação é feito no sentido de sinalizar possíveis cerceamentos dos direitos fundamentais, suscitando, assim, a intervenção do Estado. A lei constitucional é instrumentalizada exaustivamente como categoria de oposição e resistência diante da gestão da igreja de Edir Macedo. Busca-se, portanto, associar os anseios reformistas às demandas políticas e sociais já existentes na sociedade angolana.

4 Considerações finais

Em uma sociedade em processo de modernização, em que a mídia opera como “meio pelo qual os indivíduos simultaneamente imaginam sua comunidade nacional” (Asad, 2021, p. 15), a religião (especialmente cristã) se apresenta como mensageiro aceitável de imagens e símbolos suscetíveis ao domínio público. Nesse sentido, parece-nos plausível apontar a Igreja Universal do Reino de Deus como *mediação* em contexto de práticas políticas e estéticas, operando para manter imaginações e imaginários compartilhados, bem aos moldes analíticos de Emerson Giumbelli, Rickli e Toniol (2019). Nos termos destes autores, podemos, assim, dizer que estamos diante de um movimento religioso atuando através de formas sensoriais historicamente situadas. Por meio de símbolos nacionais se produzem percepções que suscitam a revalorização da memória histórica, como bem se pode observar na fala de um dos ex-pastores da Igreja Universal e adepto da reforma, quando disse:

Desta vez o Estado angolano vai ter que se impor, porque num ato patriótico os pastores angolanos todos os dias quando são sensivelmente 12 horas sobem ao altar, erguem corretamente a bandeira de Angola e põem o hino nacional. Se os nossos dirigentes [políticos] respeitam de fato o hino nacional e a bandeira de Angola, então eles terão que julgar esta causa justamente. E se julgarem esta causa justamente, irmão, não tem como os angolanos perderem (Fala do ex-pastor e youtuber Tavares Armando), (Entenda [...], 2020).

Percebe-se, assim, que a autenticidade religiosa dos reformistas se ancora em elementos seculares como a identidade nacional e o compromisso patriótico, suscitando não apenas simpatia, mas também empatia na sociedade ampla. É nesse sentido que identificamos pertinência na observação de Talal Asad de que as “representações ‘do secular’ e ‘do religioso’ nos estados modernos e modernizadores são mediadoras das identidades das pessoas, ajudam a moldar suas sensibilidades e garantem suas experiências” (Asad, 2021, p. 25). O proselitismo reformista assumiu uma roupagem secularizada, acionando discursos e símbolos que reforçam a identidade nacional. Desta forma, espera-se que as pautas da reforma se tornem também pautas do governo do Estado em detrimento dos interesses da Ala Brasileira. A exaltação à bandeira e ao hino nacional durante os cultos demonstra claramente que há uma relação entre as crescentes iniciativas nacionalistas e o interesse do corpo eclesiástico reformista em ampliar a capacidade de influência na esfera pública. Esse estilo de fazer política é facilitado pelo status de estrangeiro que caracteriza os líderes adversários, que obviamente são colocados de fora de importantes categorias, como pátria e soberania.

Observa-se, assim, que a crise na Igreja Universal é entendida como assunto do Estado angolano, que, segundo os reformistas, defenderá os interesses da Ala da Reforma. Percebe-se nesse movimento de reforma uma demonstração de afinidade e pertencimento nacional em consonância com os arranjos políticos em curso no país. O êxito desses entrelaçamentos – entre nacionalismo e religião – que visam alcançar as esferas laicas da vida social se dá, talvez, pelo fato de a Igreja Universal desempenhar um papel modernizante em Angola.

Referências

- ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASAD, Talal. *Formações do secular: Cristianismo, Islã, Modernidade*. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.
- BLANES, Ruy Llera. Assessing State and Religious Institutions: A comment from the case of Angola. *E-International Relations*, 2 nov. 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/11/02/assessing-state-and-religious-institutions-a-comment-from-the-case-of-angola/>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- CANDIOTTO, C. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Filosofia Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 33-43, 2010.
- CASANOVA, José. *Public religion in the modern world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CASANOVA, José. Secularization revisited: A reply to Talal Asad. In: SCOTT, David; HIRSCHKIND, Charles (ed.). *Powers of the secular modern: Talal Asad and his interlocutors*. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 12-30.
- CORTÊS, Mariana. O dispositivo pentecostal e a agência dos governados. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 31-38, abr. 2018.
- COSTA, Mario S. da. A verdade sobre a Igreja Universal em Angola e Manipulação da Record TV (IURD Angola). [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1h 33min). Publicado pelo canal TPA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D13-YaeJ6yM&t=170s>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EDIR Macedo caiu - perdeu a guerra contra os pastores angolanos. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1min 37s). Publicado pelo canal MWANGOLE TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VwyTI5MAMXc>. Acesso em: 25 dez. 2023.
- ENTENDA sobre o caso da Igreja Universal em Angola! [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (57min). Publicado pelo canal Radical TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JjcfcdHIYrXQ>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 5 de abril de 1978. In: FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no College de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 449-481.
- FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana*. São Paulo: N 1 edições, 2019.
- GIUMBELLI, Emerson; RICKLI, João; TONIOL, Rodrigo (org.). *Como as coisas importam: uma abordagem material da religião - textos de Birgit Meyer*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2019.
- GOMES, Edlaine. *A Era das Catedrais: a autenticidade em exibição*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- GONÇALVES, Eduardo. Bolsonaro se envolve em disputa de Igreja Universal em Angola. *VEJA*, 13 jul. 2020. Disponível em: veja.abril.com.br/?s=bolsonarose-envolve-em-disputa-da-igreja-universal-em-angola&orderby=data. Acesso em: 16 fev. 2021.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 77-94, 2008.
- HENDERSON, Lawrence W. *A igreja em Angola: um rio com várias correntes*. 2. ed. [S. l.]: Editora Além-Mar, 2013.
- HODGES, Tony. *Angola: do afro-stalinismo ao capitalismo selvagem*. Parede, PT: Principia, 2002.

IGREJA Universal do Reino de Deus poderá encerrar actividades em Angola. *Angonotícias*, 22 jan. 2020. Disponível em: <https://www.angonoticias.com/Artigos/item/63590/igreja-universal-do-reino-de-deus-podera-encerrar-actividades-em-angola>. Acesso em: 8 out. 2023.

JESUS, Armindo de. *A igreja Universal do Reino de Deus em Angola: representações e perspectivas modernizantes na província de Luanda*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Candido Mendes, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, 2018.

MANAÇA, Milton. Vice-presidente da ala brasileira integra Comissão de Reforma da IURD. *O País*, [s.n.], edição n.º 2061, 24 dez. 2020.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MBEMBE, Achille. *África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*. [Lisboa]: Edições Pedagogo, 2013.

NASCIMENTO, Gilberto. A pressão de Bolsonaro e parlamentares para ajudar a Igreja Universal em Angola. *BBC News Brasil*, São Paulo, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/a-pressao-de-bolsonaro-e-parlamentares-para-ajudar-a-igreja-universal-em-angola,ed8d343f8813b81a193bc23184736de47ae5bc8k.html>. Acesso em: 6 abr. 2024.

NOVE missionários brasileiros da Igreja Universal são deportados de Angola de maneira ilegal. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (10min). Publicado pelo canal Jornal da Record. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZKP2EJYaowM>. Acesso em: 25 dez. 2023.

OBREIROS, membros e sociedade civil abraçam a causa dos pastores angolanos! [S. l.: s. n.], 2019a. 1 vídeo (11min 49s). Publicado pelo canal Radical TV. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MDMsx_pDr0g. Acesso em: 25 dez. 2023.

OBREIROS da IURD e membros da sociedade civil marcham contra os crimes da liderança brasileira!!! [S. l.: s. n.], 2019b. 1 vídeo (31min 8s). Publicado pelo canal Radical TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BhbS2gBG06Y>. Acesso em: 6 abr. 2024.

ORLANDI, Eni P. Michel Pêcheux e a análise de discurso. *Estudos da Linguagem*, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, jun. 2005.

ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (org.). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003.

PASTOR angolano dá aula ao Bispo Gonçalves!!. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1min 42s). Publicado pelo canal Radical TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s56d759kaJw>. Acesso em: 25 dez. 2023.

PASTORES e obreiros da Universal manifestaram hoje em Luanda contra más práticas. *Angola24Horas*, [Luanda], 29 dez. 2019. Disponível em: <https://angola24horas.com/sociedade/item/15570-pastores-e-obreiros-da-universal-manifestaram-hoje-em-luanda-contras-mas-praticas>. Acesso em: 6 jan. 2024.

PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso*. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PRESIDENTE João Lourenço exigimos que cumpras tuas palavras. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (35 min 13s). Publicado pela canal Radical TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0CaDTBaLJeU>. Último acesso: 09 out. 2023.

QUILUTA, Alberto. 62 pastores entram em ação na IURD. *Jornal de Angola*, [Luanda], 24 jan. 2021.

ROSAS, Nina. A Igreja Universal do Reino de Deus: ação social além-fronteiras. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 52, n. 1, p. 17-26, jan./abr. 2016.

SAMPAIO, Camila A. M. A Igreja Universal do Reino de Deus na “Reconstrução Nacional” de Angola. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 123-146, 2020.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América latina - caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

SCHUBERT, Benedict. *A guerra e as igrejas: Angola 1961-1991*. [S. l.]: P. Schlettwein Publishing, 2000.

SIBI, André. Igreja Universal declara o fim do “materialismo”. *Jornal de Angola*, [Luanda], 23 dez 2020.

SIBI, André. Missionários brasileiros têm de abandonar o país. *Jornal de Angola*, [Luanda], 10 abr. 2021.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 133-160, jan./jul. 2010.

ZUBAIDA, Sami. Islam and nationalism: continuities and contradictions. *Asen*, LSE, 27 mar. 2003. Disponível em: <https://www.sneps.net/t/images/Articles/zubaida-ISLAM%20AND%20NATIONALISM.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2023.

*Minicurrículo do Autor:

Armindo de Jesus. Mestre em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2018). Pesquisador junto ao Laboratório Multidimensional de Estudos em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisa financiada pela CAPES (Processo nº 88882450483/2019-01). E-mail: mindodejesus@gmail.com.

Avaliador 1: Vitor Hugo Rinaldini Guidotti, [Orcid](#);

Editora de Seção: Karine Lopes Narahara, [Orcid](#).